

A RECEPÇÃO DAS IDEIAS POLÍTICAS DE HANNAH ARENDT PELO LIBERALISMO HUMANISTA DE MARCÍLIO MARQUES MOREIRA: A RETÓRICA DOS PROJETOS DE ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL DA VIRADA.

Álvaro Ribeiro Regiani

Doutorando em História na Universidade Federal de Goiás (UFG)

Docente de História da América na Universidade Estadual de Goiás (UEG)

alvaroregiani2@gmail.com

Kenia Érica Gusmão Medeiros

Doutora em História na Universidade Federal de Goiás (UFG)

Docente do Instituto Federal Goiano (IFGO)

keniaerica.gm@gmail.com

RESUMO: Pretende-se neste ensaio interpretar a recepção da teoria política de Hannah Arendt no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. Por meio de artigos publicados nos jornais O Globo e O Estado de São Paulo do banqueiro e diplomata brasileiro Marcílio Marques Moreira. Objetiva-se relacionar a mediação e os efeitos de leitura da teoria de Arendt por Moreira com as ideias políticas ao longo da redemocratização. Neste âmbito, espera-se entender como esses discursos geraram uma “naturalização” do pacto conciliatório que em larga medida ainda reverberam na memória oficial como exemplo da “vitória” do liberalismo na condução democrática, mesmo sem uma crítica ao modo que foram elaboradas.

Palavras-chave: Liberalismo; Hannah Arendt; Marcílio Marques Moreira.

Em 04 de dezembro de 1975, a pensadora alemã, naturalizada norte-americana e professora universitária Hannah Arendt sofria o segundo ataque cardíaco, infelizmente fatal. Um ano antes, quando teve sua primeira complicação coronária, ela ministrava conferências sobre o “Pensar” na Universidade de Aberdeen, na Escócia. Recuperada do susto inicial a controversa escritora de *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal* (1964) prosseguiu com a prática docente em outras instituições a New School for Social Research em Nova York (onde já lecionava por oito anos) e, a convite, na Universidade de Chicago. Os manuscritos desses seminários, somadas as leituras que fez sobre a filosofia política de Kant em 1970, seriam a base para o livro inacabado e póstumo, *A vida do espírito* (1978).

O percurso pretendido por Hannah Arendt, entre os planos de ensino e a redação final de *A vida do espírito*, permanece aberto e incerto as escolhas que ela poderia ter feito se continuasse viva. Em todo caso, sabe-se que Arendt mantinha viva a tradição acadêmica alemã em escrever ensaios para debatê-los em suas aulas, esses serviam como esboços para futuros artigos, como foi o caso das

coletâneas *Entre o passado e o futuro* (1968) e *Crises da República* (1969). Mas, na década de 70, a autora mudou de temas em que estava habituada, da filosofia da ciência e da teoria política para as atividades espirituais, o que revela uma significativa mudança em suas considerações sobre a *Vita Activa*.

Fortemente influenciada pelo que presenciou no julgamento do burocrata nazista Adolf Eichmann em Jerusalém (1961), Hannah Arendt deixou o problema da ação (*Action*) e da *Vita Activa* para refletir sobre as modalidades da vida contemplativa e do exercício do pensar como contraponto a “banalidade do mal”. Eichmann, segundo as considerações da autora, era bastante comum e banal sendo incapaz de pensar por si. Embora para ela, o burocrata não fosse um demônio como era noticiado pela imprensa e por alguns círculos intelectuais. Arendt defendia que a “ausência do pensamento”, seria “uma experiência tão comum em nossa vida cotidiana, em que dificilmente tempos tempo e muito menos desejo para *parar e pensar*”. E, ponderava sobre como atos monstruosos poderiam continuar a serem praticados mesmo a revelia de um sistema moral, das decisões éticas ou da consciência humana, apenas se esses fossem ordenados ou justificados pela lei de um Estado (ARENDDT, 2008, pp. 18-19).

Hannah Arendt sustentava que a habilidade “que permite ao espírito retirar-se do mundo, sem jamais poder deixá-lo ou transcendê-lo” seria uma possibilidade de compreensão de mundo sem o amparo de ideologias, tanto de direita quanto de esquerda. Para a autora, o pensar “sem corrimões” não seria um modelo de como refletir, mas exercícios espirituais para que um homem comum, por exemplo, pudesse exercitar sua capacidade, especificamente humana, para mediar ações políticas, pois: “O pensamento acompanha a vida e é ele mesmo a quintessência desmaterializada do estar vivo”. Por meio dessas considerações, ela defendia um diálogo que superasse os ciclos filosóficos e os muros universitários, a fim de demonstrar que as “atividades espirituais” poderiam ser ferramentas contra a “banalidade do mal” e o “obedecer cadavérico” (ARENDDT, 2009, p. 62; p. 214).

Entretanto, as suas reflexões dos anos 70 ficaram, em grande parte, circunscritas aos cenários acadêmicos da América do Norte e da Europa. No Brasil durante as décadas de 70 e 80, ela era pouca conhecida do grande público¹ e no meio universitário era citada mais como “apoio teórico importado” (MALERBA, 2009, p. 94). Mesmo assim, um pequeno grupo de autores brasileiros e

¹Um dos motivos para tal foi que as traduções dos livros da autora não seguiram uma ordem cronológica de suas edições em língua inglesa. *Entre o passado e o futuro* foi traduzido em 1972; *Crises da República* em 1973; A primeira versão de *Origens do Totalitarismo*, publicada em três partes, foi de 1975; *A Condição Humana* teve sua versão brasileira em 1981; *Eichmann em Jerusalém* em 1983; *Homens em tempos sombrios* em 1987; *Da Revolução* em 1988. Por fim, a edição brasileira de *A Vida Do Espírito* seria publicada somente em 2008.

autodenominados liberais fizeram leituras, mediações e divulgaram suas ideias por meio de artigos em jornais de grande circulação como o O Globo e O Estado de São Paulo, interpretando-a como uma pensadora da livre iniciativa através dos jornais.

Apesar da persuasão de suas ideias apresentadas em artigos, em livros e em seminários, segundo a psicanalista e filósofa Nádia Souki, Hannah Arendt não deixou escola, apenas iniciou um diálogo “que permite a continuidade de suas investigações e, ao mesmo tempo, a inovação, a criação de novas categorias de pensamento” (SOUKI, 1998, p. 137). Neste sentido, a apreensão de sua teoria política em cenários específicos, como o brasileiro, permite compreender como as interações dialógicas produzem “diversas assimetrias”, “negociações” ou “pactos de leituras sociais”, conforme teorizou o semiólogo Jesús Martín-Barbero. Mas, tendo em mente que a recepção e os atos de leitura não são uma mera reprodução, mas uma transformação cultural que apresentam diversos sentidos e significados (MARTÍN-BARBERO, 1995, p. 63).

Desta forma, as mediações das teses filosóficas de Hannah Arendt pelos liberais brasileiros não se reduzem a uma mera reprodução. Antes de tudo, foi necessário compreender certos conceitos para traduzir a sua teoria e, principalmente, adequá-la, em um formato simples, ao público dos jornais O Globo e O Estado de São Paulo. Os preços acessíveis, o cotidiano de leitura e a rotina dos artigos foram os espaços dialógicos necessários para criar uma ambientação de proximidade entre o grande público e o liberalismo. Em vez de repetir ideias a altura das elaborações de Arendt, esses intelectuais levantaram questões, projetos e sentidos políticos, o que revela uma amplitude na divulgação dessa agenda que se somou a grande conciliação entre os militares e as elites brasileiras para a redemocratização.

Um exemplo dessas apropriações foi elaborada pelo banqueiro, professor, diplomata, embaixador, ministro da economia do Governo Collor (1990-1992) e, autoproclamado, humanista liberal Márcilio Marques Moreira. Em 28 de dezembro de 1975, vinte dois dias depois da morte de Hannah Arendt, Moreira publicou no jornal O Globo² o artigo “Uma voz liberal (e articulada)”. O texto era uma breve resenha do livro *O Sistema Político Brasileiro* (1975) do jurista Celso Lafer, ex-aluno de Arendt na Universidade de Cornell nos Estados Unidos em 1965 e que em um futuro próximo iria ser (a pedido de Moreira) o Ministro das Relações Exteriores no governo Collor e, posteriormente, no de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

²De acordo com o estudo de Francisco Fonseca, o jornal O Globo tinha um alinhamento “pragmático” por não advogar doutrinas tão “conservadoras” como o periódico “doutrinário” ou “liberal” O Estado de São Paulo (FONSECA, 2003, p. 91).

As reflexões de Celso Lafer, descritas no artigo Marcílio Marques Moreira, analisam duas fases históricas do Brasil, a República Populista de 1945-1964 e o regime pós-1964 por meio da premissa que o “poder da gestão da sociedade” incide em “seu próprio destino”. Para eles os “conceitos básicos da ciência política” se relacionam com os “valores inerentes à condição humana com as exigências necessárias à gestão eficaz do poder”. Assim, corroboravam que a tarefa legítima do Estado seria manter o “monopólio da coerção organizada”, necessitando reforçar apenas “três ingredientes essenciais” para a governabilidade, “o poder”, “a força” e “a legalidade”. A somatória desses elementos resultaria em um “subsistema político” que fundaria a legitimidade:

A legitimidade não só investe o poder de autoridade ética, senão também lhe assegura maior eficácia, ao instilar confiança e respeito aos governados. Existe, pois, reciprocidade entre maximização de legitimidade e eficácia na gestão do poder. À medida em que cresce a legitimidade, o governo pode economizar as chamadas moedas do poder, seja a força, a propaganda, os ganhos econômicos, a ameaça do medo ou a esperança de utopia (MOREIRA, 1980, pp. 73-74).

A ‘legitimidade’ ou o pacto civil-governamental, projetava uma ética fundacionalista como uma premissa política, o liberalismo social ou humanista. Na visão dos autores, este ideário poderia reverter a crise econômica e dos valores democráticos geradas pelo Estado interventor militar. O princípio ético-liberal desenvolveria os meios para a regeneração moral da cidadania através do reconhecimento dos direitos humanos como fundamento inegociável. Ao passo que o liberalismo social seria um exercício “real” para o desenvolvimento comunitário e econômico, pois suas metas levariam a recondução democrática, a diminuição do Estado, o fim da corrupção, e a redução da pobreza³.

Em tese, as ideias de Marcílio Marques Moreira e Celso Lafer promoveriam um retorno do direito natural como premissa limitadora do direito positivo. Ou seja, ampliar o poder da sociedade civil por meio de organizações comunitárias para reduzir a extensão política e econômica do Estado. O liberalismo social, “herança humanista”, seria um artifício para instituir um neocontratualismo com vias a regular “as zonas de incertezas vitais para este sistema” (MOREIRA, 1980, pp. 74-75).

No entendimento de Marcílio Marques Moreira a transição do autoritarismo para esse novo contratualismo poderia ser uma “tentativa de racionalização da máquina administrativa” para repudiar o “caos, ao comunismo e a corrupção” em busca do “alargamento das bases de legitimação”. A ênfase

³Ressalta-se que de 1968 até 1983 Marcílio Marques Moreira trabalhou no conglomerado Unibanco, tornado-se vice-presidente. Celso Lafer era um dos acionistas da empresa Metal Leve LTDA.

crítica ao ‘socialismo’ e a ‘corrupção’ induziria que o liberalismo social seria um caminho moderado para se evitar as supostas incertezas da luta de classes ou do retorno do populismo. Por meio das ideias de seu colega jurista, o banqueiro argumentava que a doutrina do *laissez-faire* seria um sistema de pensamento, conciliador, correto e necessário:

Lafer revela vocação nitidamente liberal numa época em que o liberalismo parece ter esquecido as suas fontes perenes – o direito natural, a defesa dos direitos humanos, a afirmação da liberdade criativa, a aspiração à justiça – que o tornam uma das vertentes fundamentais do pensamento político. Um apego a formas contingentes de atuação política (e.g. divisão clássica de poderes) e comportamento econômico (livre-cambismo irrestrito) transformaram-no em alvo constante dos ataques tanto das esquerdas (que concentram o fogo sobre o liberalismo econômico) quanto das direitas (que lhe atribuem falta de eficácia política) (MOREIRA, 1980, pp. 74-75).

A identidade desse novo liberalismo defendido pelos autores era uma clara oposição ao socialismo e ao populismo, mas também era uma crítica as “direitas” brasileiras. O que poderia sugerir uma “ruptura” com outros movimentos liberais do passado. Contudo, a oposição aos grupos liberais dominantes indica que os projetos que Marcílio Marques Moreira defendia seria um efeito colateral, pois, a exceção do programa de San Tiago Dantas, ele defendia uma aproximação com os interesses e ideários liberais norte-americanos. Fundamentando-se em teses de intelectuais europeus e, principalmente, estadunidenses para interpor o nacionalismo “verde-oliva” e o liberalismo conservador.

Neste âmbito, as ideias de Marcílio Marques Moreira poderiam sugerir um sentido de ruptura, mas ao integrar o pacto de conciliação firmado entre liberais conservadores e o projeto de distensão militar, esboçou apenas um modelo de decisões ético-social e de responsabilidade política. O banqueiro não fazia uma oposição efusiva aos ditadores do período e explicava aos leitores do jornal o Globo que os governos de Castelo Branco à Geisel, não eram totalitários, mas tinham um viés autoritário necessário, tanto em 1964 quanto em 1975, nos anos iniciais da abertura (MOREIRA, 1980, p. 74).

Segundo a interpretação do historiador Boris Fausto, o regime militar não foi fascista ou nazista e não utilizou uma postura populista como recurso para o controle das massas. As administrações dos generais promoveram uma gestão autoritária, técnica e burocrática mantendo o ideário liberal, mesmo que interventor em seus programas de governo. Mas, conforme descreveu o historiador, o general Ernesto Geisel, o “presidente da abertura”, utilizava o termo “distensão” em seus discursos para negociar a transição: “Ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de

uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura” (FAUSTO, 2002, p. 284; pp. 270-271).

O tom conciliador que regia o artigo de Marcílio Marques Moreira revela uma afinidade com os interesses dos generais em suas estratégias de abertura política pelo uso da expressão “projeto de distensão política” que, em suas palavras, estava em curso o “máximo de desenvolvimento possível e o mínimo de segurança indispensável” (MOREIRA, 1980, p. 74). O que permite expôr o conteúdo dessa agenda, principalmente, sobre “o compromisso com as forças políticas”, conforme argumentou o filósofo Antônio Paim. O liberalismo social de Celso Lafer, que também pode ser atribuído ao de Moreira, era de um “estabelecimento de relações adequadas entre os imperativos do exercício do poder e a necessidade de fundar o exercício da função pública no respeito as regras morais de convivência social” (PAIM, 1995, p. 176). Mas, tanto para Lafer quanto para Moreira, o projeto para um novo pacto social necessitava de uma autoridade intelectual, no caso Hannah Arendt:

Nesse contexto derrotista para os que ainda creem no ideário liberal, é confortador ouvir levantar-se voz liberal e articulada como a de Celso Lafer, caminhando, na trilha fértil da mentora intelectual de seus estudos políticos empreendidos nos Estados Unidos – significativamente ainda a sociedade mais liberal, criativa e vital do mundo moderno: Hannah Arendt – que para a consternação de todos nos deixou há poucos dias – nos ensinou que “o espaço público da palavra viva e da ação livre está na raiz da verdadeira inspiração revolucionária do mundo moderno” (MOREIRA, 1980, p. 75).

As obras de Hannah Arendt foram apresentadas a Marcílio Marques Moreira por Celso Lafer quando estudavam nos Estados Unidos, sendo utilizadas pelo banqueiro como um elemento-chave para suas expectativas sobre a livre-iniciativa. Os usos da teoria política de Arendt serviram, de sobremaneira, para uma intermediação intelectual entre o projeto do liberalismo humanista e a negação de ações político-partidária conservadoras. A valorização da imagem e da obra da pensadora alemã se inseria, paralelamente, no contexto de desvalorização das personalidades políticas tradicionais associadas aos generais, mas também no receio da ascensão de novas lideranças populares, sindicais ou do retorno de antigas bases trabalhistas. Ressalta-se que neste período a esquerda brasileira não reivindicava mais o uso da violência como meio revolucionário, mas para Moreira a idealização de uma esquerda armada serviu para manter um espectro de medo e incerteza, algo alimentado pelos militares e por partidos políticos em 1964 e, que ainda hoje, é mantida, oportunamente, por vários setores políticos.

Além da retórica destinada a um público amplo, Marcílio Marques Moreira também objetiva convencer outros intelectuais liberais de seu projeto brasileiro, talvez uma tentativa de unir as direitas

em torno dele. Em 27 de maio de 1977, pronunciou uma conferência na Universidade de Brasília⁴, intitulada “As fontes liberais do pensamento político americano”. Nessa palestra, o diplomata elaborou uma defesa do pensamento liberal, ao conciliar as ideias dos “pais fundadores da república”, de Alexis de Tocqueville e de Hannah Arendt para legitimar a vida política estadunidense como um modelo:

O que levou Hannah Arendt a concluir que “o que os fundadores temiam na prática não era o poder, mas sim a impotência”. Para eles poder e liberdade se encontravam, e liberdade política conceitualmente não residia no “eu quero”, mas sim no “eu posso”. E distingam, com propriedade, “a origem do poder, que emana de baixo, das bases e raízes (“grass roots”) do povo, e a fonte da lei, cuja sede está acima, numa região mais alta e transcendente” (MOREIRA, 1980, p. 102).

As citações feitas do livro *Da revolução* (1963) de Hannah Arendt por Marcílio Marques Moreira insinuavam que a filósofa partia da premissa do pensamento liberal e que esse havia sido utilizado como instrumental teórico. Bem como, este ideário seria um caminho necessário para o Brasil e um guia para o “mundo livre”, pois, segundo o banqueiro, não foi um “modelo acabado a ser outorgado à sociedade ou ser por esta procurada como fruto a pender de altitude olímpica”. Moreira concluía que “[o] processo contínuo de acertos e de erros, de conflitos e de conciliações, de desvios e de redefinições, de esperas e de progressos; é, portanto, caminho a ser trilhado”. Mas, ressaltava que os louvores ‘olímpicos’ da democracia liberal não retrocederam aos erros do socialismo e do autoritarismo:

Esta última interrelação entre liberdade poderosa e poder legitimado, que se fundiam sem se confundir, explica talvez porque, apesar de todos os desacertos, vicissitudes e descaminhos – que não foram poucos e que merecem toda reprovação e repúdio – a sociedade americana, tenha conseguido manter a nova ordem estabelecida e assegurar a vitalidade do corpo social, em contraste com o que ocorreu às Revoluções Francesas e Russa, que retrocederam ao totalitarismo absoluto, ao reacionarismo estéril, senão ao terror trágico (MOREIRA, 1980, pp. 102-103).

Entretanto, o ‘terror trágico’ não seria ‘manter uma nova ordem estabelecida’ e sim não repudiar civilmente a violência institucional. Para Hannah Arendt, a desobediência civil não se constituía como uma negação da esfera política e sim sua reafirmação. Ela repudiava o totalitarismo e o macarthismo nos Estados Unidos, ao contrário de Marcílio Marques Moreira, não aceitava uma

⁴A Universidade de Brasília promoveu um conjunto de palestras com autores liberais, tanto nacionais e quanto internacionais. Essas conferências foram reunidos na Coleção Itinerários e na Coleção Cadernos da UnB, Marcílio Marques Moreira publicou o texto *De Maquiavel a San Tiago Dantas* (1981).

democracia relativa (ou um pacto cadavérico) por não haver uma possibilidade de construir ou reconstruir um entendimento sobre os homens e o direito comum. Apesar das incitações retóricas e da defesa dos ‘progressos’ da democracia o banqueiro não desqualificou em seus discursos qualquer referência ao silenciamento forçado de professores, estudantes, bem como de assassinatos, torturas e exílios cometidos pelos militares.

Se sabia ou não dos assassinatos cometidos pelos militares, Marcílio Marques Moreira não comentou nenhum aspecto da política autoritária e da fragilidade democrática do Brasil (assim como tanto outros renomados pensadores liberais que fizeram palestras na Universidade de Brasília). Em suas memórias, concedidas em forma de entrevista ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas em 2001, Moreira apenas comentou a política econômica durante os anos da ditadura. Na década de 1960, quando ministrava aulas no Instituto Rio Branco sobre o pensamento político-econômico, disse que em utilizava as obras de Maquiavel, de Tocqueville, de Marx, de Engels e de Lênin, pois: “era o único lugar em que se podia ler isso”. O silêncio sobre a violência autoritária em seus relatos (e possivelmente em suas aulas) também pode ser verificada em outro incidente que o acometeu durante os anos de chumbo. Quando sua esposa foi constrangida pelos censores nos correios pela sua encomenda de dois volumes das obras completas de Marx. Ele, posteriormente, chamado para dar explicações no SNI, banalizou a questão: “isso mostra que as coisas estavam realmente difíceis: a pessoa receber livros pelo correio e ser chamada” (MOREIRA, 2001, p. 114; 104).

Mesmo ao pronunciar-se sobre a necessidade de uma mudança política Marcílio Marques Moreira não rompia com os liberais conservadores e com os militares, ele voltava sempre ao mesmo ponto, o compromisso civil-governamental. Ou seja, na institucionalização da lei como arbítrio dos homens e do Estado. O seu objetivo era encontrar uma fórmula para o Brasil sintonizar-se com a abertura econômica mundial promovida, em grande medida, pelos Estados Unidos. Para Moreira, o *laissez-faire* na vertente norte-americana orientaria as ações políticas para que a autoridade Estatal fosse regulada pela independência civil, defendendo uma espécie de universalismo do direito natural ou uma filosofia da história liberal:

As fontes liberais do pensamento político ainda não se esgotam, e não se esgotaram porque derivam de uma origem, um princípio mais alto que, a partir da reflexão dos pré-socráticos, dos sofistas e dos estoicos, reflexão esta revigorada pelo fermento judaico-cristão, afirma a existência de um direito mais alto – divino, das gentes ou natural – que coloca o homem, e seu desenvolvimento integral, no cerne das preocupações econômicas, sociais, políticas e filosóficas (MOREIRA, 1980, p.103).

Contudo, ao afirmar esse sentido histórico Marcílio Marques Moreira caiu no erro já criticado por Hannah Arendt em substituir a política pela História. Segundo as considerações da teórica alemã, a fé na História gerou duas tendências, a primeira, de atribuir um sentido cronológico ao tempo e, subsequentemente, uma busca para se compreender o segredo da vida num “fazer histórico”. Ela enfatizava que esse “fazer”, seja para “salvar o mundo inteiro para a democracia”, levaria apenas ao fracasso dessa expectativa ou no pior dos casos para o totalitarismo (ARENDR, 2005, p.114). Como apresentado por Arendt, em agosto de 1950, no seu *Diário de pensamento*: “Através da ideia de uma história mundial, a pluralidade dos homens é dissolvida em um indivíduo-homem, depois também chamada de Humanidade. Daí o monstruoso e desumano da História, que só em seu final se afirma plena e vigorosamente na política (ARENDR, 2009, pp. 21-24).

A assimetria na interpretação das teorias de Hannah Arendt por Marcílio Marques Moreira, anos mais tarde, seria novamente repetida no caderno cultural do jornal O Estado de São Paulo⁵, no artigo intitulado “Desta árvore pode nascer um Brasil melhor?” publicado em 22 de março de 1981. Essas repetições de argumentos e temas deixam claro o seu intuito de produzir uma absorção de suas ideias em um jogo de significação e ressignificação para apropriar as teorias de Arendt nas funções que ele queria divulgar, uma filosofia da história liberal:

[O] liberalismo se refere à crença profunda, que inere ao seu pensamento e ação: a dignidade da pessoa humana é irreduzível e inegociável. Trata-se da herança da civilização gregojudaica-cristã, de origens pagãs como entre os pré-socráticos, sofistas e estoicos, ou religiosos no judaísmo e cristianismo: recebeu roupagem secular na Renascença, um de seus momentos de maior fulgor e beleza; foi racional, mesmo anticlerical no século XVIII; romântico mas ainda secular no XIX; para recapturar suas raízes mais profundas no sofrido século XX, quer na reflexão de Hannah Arendt, permeada de nostalgia helênica (MOREIRA, 1981, p. 3).

O banqueiro ao propor uma filiação do pensamento de Hannah Arendt ao *laissez-faire* objetivava criar argumentos suficientes e necessários para que se pudesse interromper o “veio autoritário que percorre quase ininterrupto, o curso de nossa história social” e, assim, promover a ideia do resgate do direito natural como um sistema de normas universais contra o Estado. Para Marcílio Marques Moreira o sentido histórico e revolucionário do liberalismo tinha a tarefa de

⁵A tendência política liberal-conservadora do jornal O Estado de São Paulo foi sintetizada por Francisco Fonseca como: “Para OESP parece preferível que um país seja “livre” economicamente, e autoritário em termos políticos, do que o inverso, tal como, aliás, sustentam figuras como Hayek e Friedman. Portanto, as experiências internacionais seriam cruciais para o Brasil abrir os olhos para a “modernidade”” (FONSECA, p. 94, 2003).

sobrepôr o poder da ideologia estatal, seja apresentada na forma totalitária, interventora, ou socialista, pois: O “liberalismo, não sendo ideologia de feições dogmáticas como o marxismo-leninismo” teria uma “postura aberta a vida, do que uma doutrina ou receituário programático” (MOREIRA, 1981, p. 3).

Marcílio Marques Moreira, não só adequava Hannah Arendt, mas todo um conjunto de filósofos⁶ aos princípios do liberalismo com vistas a difundir a ideia de que o direito natural estaria, contemporaneamente, compreendido na noção de “pluralismo democrático”. Esta, poderia ser a “porta que conduz a sociedade aberta”, pois “a liberdade não é só item prioritário na agenda política liberal, como pré-requisito necessário, embora não suficiente, para o atingimento participativo e a manutenção, em clima democrático, dos outros grandes objetivos a alcançar: a igualdade, a fraternidade, a justiça, um mínimo de segurança e conforto material” (MOREIRA, 1981, pp. 3-4).

O pluralismo democrático teria por objetivo formar uma nova “opinião pública”, cuja participação formal e igualitária dos cidadãos no sistema democrático desenvolveria a “dignidade e a liberdade de cada homem”. Dado que o “consenso mínimo não significaria unanimidade, nem conformidade, mas participação efetiva maioria, legitimamente expressando a sua vontade predominante e das minorias, defendendo seus pontos de vista que, mesmo sem prevalecer, não deixam de ser respeitados” para promover, segundo as explicações de Marcílio Marques Moreira, “[a] participação igualitária, com o moderno, de respeito, formal e concreto da dignidade e liberdade de cada homem”, contra “a segurança absoluta do Estado [que] corresponde a insegurança absoluta do cidadão, da mesma maneira que à liberdade absoluta ou à ausência de autoridade corresponderia a anarquia inimiga da própria liberdade” (MOREIRA, 1981, p. 4).

Mesmo criticando o dogmatismo (atribuído somente ao socialismo e ao estatismo) o banqueiro defendeu uma necessidade da esfera econômica de se sobrepôr a esfera política como um “fenômeno que se assemelharia ao mecanismo de mercado no campo da economia” (MOREIRA, 1981, p. 4). O ‘mecanismo’, tratava-se de uma expectativa para uma mudança do equilíbrio tradicional do poder político para uma ação, racional e modernizadora como uma condição para o sucesso do seu programa político, tal qual a eficiência na gestão dos negócios e de pessoas de uma empresa multinacional.

⁶Segundo Marcílio Marques Moreira o pensamento liberal foi composto por um verdadeiro leque de autores, entre os quais somam figuras iluministas Locke, Hume, Montesquieu, Rousseau, Kant, Adam Smith, Jefferson e Thomas Paine, românticas como Guilherme Humboldt, Tocqueville, John Stuart Mill e pensadores contemporâneos como Weber, Popper e Arendt e também Keynes, Ludwig von Mises, Bertrand Russell, Hayek, Leo Strauss, Carl Friedrich, Dahendorf, Wittgenstein, John Galbraith, Aron, Karl Deutsch, Robert Nozick, John Rawls. (MOREIRA, 1981, p. 4).

O ideal a ser alcançado seria a liberdade de associação, esta criaria a defesa do indivíduo contra o Estado burocrático que permitiria uma organização social pautada na livre-iniciativa, no “mercado responsável” com “controle de abusos, sobretudo, monopolísticos”, uma “política fiscal redistributiva” e, por fim, “condições mínimas e concretas e não somente igualdade de oportunidades”. Estas condições do ‘mecanismo’ defendidas por Marcílio Marques Moreira se somariam a particular contrapartida que “tanto impressionou [Herman von] Keyserling”, “o jeitinho”, valorizado na imagem ou na “presença do brasileiro cordial” “que apesar de negado aflora a todo momento, preponderando sobre inesperados, e assustadores, surtos de violência” (MOREIRA, 1981, p. 4).

A fundamentação do projeto liberal de Marcílio Marques Moreira visava instituir uma nova cidadania, capaz de utilizar os “valores” da tradicional cordialidade para o fortalecimento do mercado interno e externo. Ou seja, ele aproximava os ideais do pluralismo as doutrinas sociológicas do direito para uma concepção contratualista da sociedade. Mas, essa nova-velha fórmula de cidadania teria um compromisso essencial com a ordem, justamente para que os indivíduos isolados não criticassem as diretrizes econômicas do mercado. Entretanto, como bem analisou o crítico literário Roberto Schwarz, “o favor”, como uma prática do homem cordial, “ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra” (SCHWARZ, 2001, p. 65).

Interpreta-se que o homem cordial apresentado por Marcílio Marques Moreira, não seria somente uma imagem de felicidade exportável à turistas, mas sim um homem que negaria o direito a sua própria cidadania (não pensando e trabalhando), apenas para favorecer os privilégios das elites econômicas brasileiras e o mercado internacional. Como se sabe, a redemocratização do país foi uma saída negociada dos militares por meio do pacto conciliatório entre as elites políticas e econômicas que favoreceu uma mudança, sobretudo, na área econômica. Mas, o crescimento da inflação, gerada pela exaustão do projeto nacional-desenvolvimentista dos militares, fruto de uma má administração, e pela recessão internacional geraram medidas de “reorientação das despesas”. Com a diminuição da intervenção estatal nos setores estratégicos, “a política restritiva dos salários” e a “acentuada queda do salário real” gerariam a recessão iniciada em 1981 e que iria se alongar por anos a frente (CARNEIRO: MODIANO, 1990, p. 325).

A herança militar aprofundou a dependência externa do Brasil e transformou a inflação em hiperinflação no Governo Sarney (1985-1989). Em paralelo com a “remoção do lixo autoritário”, a abertura do mercado brasileiro estaria consonante com as retóricas pró-liberais de Marcílio Marques Moreira com vistas a convencer a população brasileira que o desvio autoritário foi uma condição

necessária e que as alternativas socialistas, trabalhistas e populistas impediriam a “evolução” natural da política brasileira. Moreira, assim como tanto outros liberais, ao partilhar de uma perspectiva reformista do sistema econômico e político retirava do horizonte as possibilidades de ruptura com as estruturas sociais declinantes perpetuadas pelo regime militar e pelo liberalismo conservador. Ou, como bem argumentou Boris Fausto:

Seria inadequado dizer que esses problemas nasceram com o regime autoritário. A desigualdade de oportunidades, a ausência de instituições do Estado confiáveis e abertas aos cidadãos, a corrupção, o clientelismo são males arraigados no Brasil. Certamente esses males não seriam curados da noite para o dia, *mas poderiam começar a ser enfrentados no momento crucial da transição*. O fato de que tenha havido um aparente acordo geral pela democracia por parte de quase todos os atores políticos, facilitou a continuidade de práticas contrárias a uma verdadeira democracia. Desse modo, o fim do autoritarismo levou o país mais a uma “situação democrática” do que um regime democrático consolidado (FAUSTO, 2002, p. 290. Grifos nossos).

Somando esta interpretação as considerações de Antonio Negri e Giuseppe Cocco, as tentativas de estabilização durante a redemocratização “bloquearam qualquer possibilidade de articular entre si crescimento e distribuição de renda”, dado que “a super e a hiperinflação” são “sintomas de uma abertura democrática bloqueada pela chantagem constante de um biopoder sempre capaz de retomar as rédeas e pelo próprio modelo de construção de um Estado baseado”, de um lado, “na evolução tecnocrática e corporativa da oligarquia colonial e, de outro, nas infinitas modulações do racismo e da exclusão” (NEGRI: COCCO, 2005, pp. 119-120). Seguindo a esteira desses argumentos, a apreciação de Roberto Schwarz sobre o panorama do liberalismo brasileiro indica a fragilidade dos discursos liberais: “as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade” (SCHWARZ, 2001, p. 74).

Entretanto, para Marcílio Marques Moreira a orientação liberal para a redemocratização seria de extrema importância para o país ganhar legitimidade e confiança do comércio e, sobretudo, assegurar que o Brasil honraria seus compromissos internacionais, pagando as dívidas externas, valorizando os direitos humanos (pelo menos oficialmente) e, principalmente, sendo cordial com o mercado (Cf. MOREIRA, 2001, pp. 155-156). Mas, a distância que separa o projeto de Moreira e a realização do mesmo indica que o comprometimento com a teoria de Hannah Arendt ficaria apenas

no campo da retórica, diluído por um pragmatismo que daria os primeiros passos para a institucionalização do neoliberalismo no Brasil.

Quando esteve a frente do Ministério da Economia do Governo Collor por 511 dias, Marcílio Marques Moreira se apressou em pôr em prática o projeto que defendia e contribuiu para o agravamento da crise econômica que levaria ao *impeachment* de Collor em 1992. Segundo o economista Arno Meyer, Moreira “esteve convencido de que a melhor coisa a fazer no *front* externo seria fechar acordos rápidos com os credores, ainda que estes, por si só, fossem insuficientes do ponto de vista das necessidades de financiamento do país”, pois, “acreditava-se que esta seria compensada pela melhora das expectativas e pela entrada voluntária de novos recursos forâneos”, mas “como sabemos, a expectativa não se concretizou” (MEYER, 1993, p. 137).

Neste âmbito, Marcílio Marques Moreira ao usar (ou abusar) das ideias de Hannah Arendt pôs em prática uma retórica de convencimento para defender um projeto de inserção do Brasil na economia mundial. Mas, o pacto de leitura assimétrico que fez da obra de Arendt serviu apenas para justificar o pluralismo enquanto princípio aglutinador de várias perspectivas filosóficas, comprometendo-se somente com as suas ideias e do grupo que integrava e representava. O que poderia sugerir uma boa intenção ou, no pior dos casos, uma manipulação.

Hannah Arendt nunca foi uma pensadora liberal, quando participou do congresso “A obra de Hannah Arendt” realizado em sua homenagem pela Universidade de York no Canadá em 1972, ela afirmou categoricamente: “Nunca fui uma liberal. Quando disse o que não fui, esqueci [de mencionar isso]. Nunca acreditei no liberalismo” (ARENDR, 2010, p. 157). A definição da pensadora alemã sobre a pluralidade humana não seria análoga (ou mesmo próxima) ao pluralismo liberal defendido por Marcílio Marques Moreira, apesar de serem escritos de forma homônima. Possivelmente, Moreira associou a contraposição de Arendt ao sistema totalitário como uma negação ao Estado, seja keynesiano, socialista ou populista. De acordo com o historiador norte-americano Russel Jacoby, um número significativo de intelectuais europeus emigrados para os Estados Unidos possibilitaram um novo fôlego para a doutrina liberal ao defenderem o pluralismo liberal como instrumental teórico contra o nazismo e o socialismo (JACOBY, 2001, p. 65).

Contudo, Hannah Arendt ao explicar sobre a pluralidade humana, objetivou oferecer um sentido político para a liberdade. Ela buscou uma alternativa, tanto aos preconceitos quanto ao esfacelamento da política após Auschwitz, para com isso fundamentar uma ideia que seria nas diferenças entre os homens que residiria a *Vita Activa*. Em seu diário escrevia que “a política baseia-

se na pluralidade dos homens”, pois, “a política trata da convivência entre diferentes”. Para ela, a **organização política não provinha de um estado natural, contrato social ou de uma essência política dos homens, mas que “os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (ARENDR, 2009, p. 21).**

Nestas pequenas passagens, Hannah Arendt confrontava a tradição intelectual ocidental, em especial, aos princípios das grandes ideologias liberais e socialistas que definiam uma essência política nos homens: **“Como se no homem houvesse algo político que pertencesse à sua essência – conceito que não procede; o homem é a-político. A política surge no entre-os-homens; portanto, totalmente fora dos homens” (ARENDR, 2009, p. 21).** Embora considerasse que a liberdade situasse na esfera social, por meio de uma delicada tensão entre os espaços privados e públicos, a autora esclarecia que nas democracias liberais a “força e a violência tornaram-se monopólio do governo”. Bem como que a moderna teoria política e econômica “coloca nas atividades privadas dos donos de propriedade e em sua necessidade de proteção governamental para fins de acúmulo de riqueza às custas da própria propriedade tangível”. Assim, como resumido no livro *A Condição Humana*:

Devo confessar que não vejo em que se baseiam os economistas liberais da sociedade atual (que hoje se chamam de conservadores) para justificar seu otimismo, quando afirmam que a apropriação privada de riqueza será bastante para proteger as liberdades individuais – ou seja, desempenhará o mesmo papel da propriedade privada. Numa sociedade de detentores de empregos, estas liberdades só estão seguras na medida em que são garantidas pelo Estado, e ainda hoje são constantemente ameaçadas, não pelo Estado, mas pela sociedade, que distribui os empregos e determina a parcela de apropriação individual (ARENDR, 2007, p. 40; p. 78; p. 82).

Certamente, Hannah Arendt não defendia o liberalismo ou o socialismo, mas isso não a fazia desmerecer ou invalidar o pensamento de Marx, algo que certamente Celso Lafer como ex-aluno e comentador dos trabalhos dela poderia confirmar. Arendt, tanto por suas aulas quanto por seus textos, não era uma anti-marxista vulgar, como levou a crer Marcílio Marques Moreira, ela compreendia que a ação política poderia ser uma alternativa se não tivesse corrimões ideológicos. Postulava que a imprevisibilidade da ação projetaria um fluxo contínuo de novos acontecimentos, o que contraporaria, aos olhos da autora, os problemas nomológicos do pensamento liberal e socialista, as leis do progresso. Para tanto seria necessário recuperar o espaço público por meio do “direito de ter direitos”, da pluralidade humana e do reconhecimento do rompimento com a tradição, a “lacuna entre o passado e

o futuro”. Algo que a autora identificou no “sistema de conselhos” durante as experiências revolucionárias (ou espontâneas):

Os conselhos dizem: Queremos participar, queremos debater, queremos que nossas vozes sejam ouvidas em público, e queremos ter uma possibilidade de determinar o curso político de nosso país. Já que o país é grande demais para que todos nós nos unamos para determinar nosso destino, precisamos de um certo número de espaços públicos dentro dele. [...] Mas se apenas dez de nós estivermos sentados em volta de uma mesa, cada um expressando sua opinião, cada um ouvindo a opinião dos outros, então uma formação racional de opinião pode ter lugar através da troca de opiniões. Lá também ficará claro qual de nós é o melhor indicado para apresentar nossos pontos de vista diante do conselho mais alto seguinte, onde nossos pontos de vista serão esclarecidos pela influência de outros pontos de vista, revisados, ou seus erros demonstrados (ARENDR, 2004, p. 200).

Mesmo tendo o sistema de conselhos como uma alternativa as formas políticas predominantes no século XX, Hannah Arendt sabia que a fisionomia ideológica deste século foi marcada por guerras e revoluções que minaram a espontaneidade da ação e da liberdade. Para a autora as “revoluções são os únicos eventos políticos que nos confrontam, direta e inevitavelmente, com o problema do começo” (ARENDR, 1988, p. 17). Foi a partir delas que os homens experimentaram a espontaneidade e o gosto pela liberdade para construir uma nova morada onde a liberdade pudesse habitar: “Mas se você me perguntar que probabilidade existe de ele ser realizado, então devo dizer: Muito pouca, se tanto. E ainda, quem sabe, apesar de tudo – no encalço da próxima revolução (ARENDR, 2004, p. 201).

Todavia, a assimetria conceitual difundida por Marcílio Marques Moreira, entre o pluralismo liberal e a pluralidade humana, não seria um erro tão bizarro quanto a afirmação do nazismo ser um movimento de esquerda feita pelo atual ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. O pacto de leitura feito por Moreira por meio das ideias de Hannah Arendt serviu, quando somado a outros discursos, para garantir a redemocratização. Infelizmente, essa retórica promoveu um pacto conciliatório que gerou uma impunidade dos atos de exceção dos militares e consolidou uma política econômica tecnocrática, permeada tanto por individualismo de mercado quanto por uma cordialidade nas relações sociais. O neocontratualismo ansiado por Marcílio Marques Moreira contribuiu para instituir no governo Collor e, futuramente, consolidada nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, o neoliberalismo no Brasil.

Referências bibliográficas:

ARENDR, Hannah, **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10Edº. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

- ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**: O pensar, o querer, o julgar. [Editoria Mary McCarty]. Tradução Cesar Augusto R. de Almeida, Antônio Abranches e Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ARENDT, Hannah. **Crises da república**. Tradução José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ARENDT, Hannah. **Da revolução**. Tradução Fernando Dídimo Vieira. Brasília; São Paulo: Editora Universidade de Brasília; Editora Ática, 1988.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** [Editoria Ursula Ludz] Tradução de reinaldo Guarany. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- ARENDT, Hannah. Sobre Hannah Arendt. Tradução de Adriano Correia. **Inquietude**, Goiânia, vol. 1, nº2, ago/dez – 2010.
- CARNEIRO, Dionísio Dias; MODIANO, Eduardo. Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984. In. PAIVA ABREU, Marcelo de (Org.). **A ordem do progresso**: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- FONSECA, Francisco. A grande imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na “Nova República”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº31, p. 83-105
- JACOBY, Russel. **O fim da utopia**: Política e cultura na era da apatia. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MALERBA, Jurandir. **A história na América latina**: Ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: O estudo da recepção em comunicação social. In. SOUZA, Mauro Wilson de (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. Tradução e transcrição de Sílvia Cristina Dotta e Kiel Pimenta. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MEYER, Arno. Apoio financeiro externo e estabilização econômica. **Revista de Economia Política**, vol. 13, nº1 (49), janeiro-março/1993.
- MOREIRA, Marcílio Marques. **Desta árvore pode nascer um Brasil melhor?** Estado de São Paulo, São Paulo, 22 mar. 1981. Ano I. Suplemento Cultura

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

MOREIRA, Marcílio Marques. **Diplomacia, política e finanças**. Entrevista à Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MOREIRA, Marcílio Marques. **Para Paulo Guedes, de Marcílio Marques Moreira**. Revista Época, Rio de Janeiro, 14 de dez. 2018.

MOREIRA, Marcílio Marques. **Poder, liberdade, desenvolvimento**: Indicações para o debate brasileiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

NEGRI, Antonio; COCCO, Guiseppe Mario. **Global**: Biopoder e lutas em uma América Latina globalizada. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PAIM, Antonio. A contribuição de Celso Lafer ao liberalismo brasileiro. **Revista USP**, São Paulo (27): 174 – 178, Setembro / Novembro 1995.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SOUKI, Nádía. **Hannah Arendt e a banalidade do mal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.